NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

PARECER N.º 346/2016

PROTOCOLO: 1568096

INTERESSADO: DELCIDIO MADURO LEÃO

I - OBJETO

Em atendimento às competências deste Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno consoante o estabelecido na Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006, apresentamos os resultados da análise do processo de dispensa de licitação diante do caráter emergencial devidamente amparado pela Lei 8.666/93, em seu art.24, IV, referente ao **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO**, em razão de decisão Judicial Ação Civil Publica proposta pelo Ministério Público do Pará - Processo nº 0110171-08.2015.8.14.0301 – 2ª DA FAZENDA ED BELÉM, no intuito de dar cumprimento à solicitação feita pela Sra. **DELCIDIO MADURO LEÃO**.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 (Sistema de Controle Interno).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos Administrativos).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

III–DA ANÁLISE

Eu, Juliane Gonçalves Pantoja, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 018643/O-0/CRCPA, responsável pelo Controle Interno da Secretaria Municipal de Saúde de Belém – NCI/SESMA nomeada nos termos do Decreto nº 81.765/2015 – PMB, de 15 de janeiro de 2015, declaro para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisei integralmente o Processo nº 1568096, referente ao **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO**, em razão de decisão Judicial Ação Civil Publica proposta pelo Ministério Público do Pará - Processo nº 0110171-08.2015.8.14.0301 – 2ª DA FAZENDA ED BELÉM, no intuito de dar cumprimento à solicitação feita pela Sra. **DELCIDIO MADURO LEÃO**.

Com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos correlatos, pelo que declaro, ainda, que o referido processo se encontra revertido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Os exames foram realizados por meio de análises de documentos em estrita observância às normas de controle interno aplicável ao Serviço Público Municipal.

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

No que consiste a análise documental, encontrou-se: OF. 186/2016/spc/pj/semaj; Processo nº 0110171-08.2015.8.14.0301; Contrafé; Receituário; Parecer Técnico nº 35/2016; Cotação de preço nº 173/2016 com seu respectivo mapa comparativo, tendo como empresa vencedora pelo critério de menor: SAÚDE MEDIC – J.N.S SOUZA – EPP (CNPJ: 05.689.158/0001-34) no valor de R\$ 4.771,20 (quatro mil setecentos e setenta e um reais e vinte centavos); Certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora; Dotação orçamentária e Parecer jurídico nº 903/2016 manifestando-se favorável a aquisição do medicamento, pela modalidade de dispensa de licitação, com fundamento no art.24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Após a verificação e análise do processo de Dispensa de Licitação, constatou-se a **conformidade** dos procedimentos administrativos e legais, estando de acordo com o determinado pela legislação de licitação, a qual foi respeitada em todas as fases.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Face ao exposto, encaminhamos ao GABS para conhecimento, ratificação e providências que o caso requer.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Belém-PA, 05 de maio de 2015.

JULIANE GONÇALVES PANTOJA

Coordenadora do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA.